

Biopolíticas e Velhice*

Alarcon Agra do Ó**

Resumo

O artigo discute possibilidades para a exploração do envelhecimento humano pelas ciências sociais e humanas a partir de ferramentas conceituais oferecidas pelo pensamento de Michel Foucault, especialmente a noção de biopolítica.

Palavras-chave

Velhice, Biopolítica, Ciências Sociais e Humanas.

Abstract: This article presents possibilities for the investigation of human aging through Social and Human Sciences, using conceptual tools provided by Michel Foucault's ideas, mainly the notion of biopolitics.

Key words: Aging, Biopolitics, Social and Human Sciences.



* Versão anterior deste texto foi apresentada como Conferência no I Simpósio Envelhecimento e Fragilidade, promovido em 2008 pelo Programa Interdisciplinar de Apoio à Terceira Idade (PIATI), da UFCG. Agradeço aos ouvintes de então as suas contribuições, evidentemente levadas em consideração na transformação daquela fala neste artigo. Agradeço, igualmente, ao(à) cuidadoso(a) Parecerista Anônimo(a) que avaliou a primeira versão do texto submetida à “Espaço Acadêmico”. Permanecem sob minha responsabilidade, entretanto, as imperfeições restantes.

** **ALARCON AGRA DO Ó** é Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2008). Professor junto à área de Teoria e Metodologia da História da Unidade Acadêmica de História e Geografia e junto à linha de pesquisa Cultura, Poder e Identidades do Mestrado em História da UFCG.



Introdução

A expressão “envelhecimento da população” consiste num dos enunciados mais recorrentes em certos espaços da mídia e da pesquisa científica contemporâneas. Ela tem aparecido, nos últimos anos, de forma recorrente, em programas televisivos, filmes, peças teatrais, comerciais – e em estudos acadêmicos de áreas diversas (demografia, geriatria e gerontologia, mas, também, sociologia, antropologia, psicologia, história etc.).

No que diz respeito ao Brasil, a disseminação do enunciado “envelhecimento da população” se dá, inicialmente, em virtude de um *fato demográfico* que é atestado, por exemplo, pelos Relatórios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes aos censos populacionais. Diz-se ali que, especialmente desde meados do século XX, a população de idosos no país aumentou tanto em termos absolutos quanto relativos. Em 01 de Dezembro de 2010, para citar apenas um dos registros a que nos referimos, o IBGE divulgou, na sua página na internet uma Nota que se iniciou com o seguinte parágrafo:

Em 2009, a esperança de vida ao nascer no Brasil alcançou os 73,17 anos. Em relação a 2008 houve alta de 0,31 anos (3 meses e 22 dias) e, entre 1980 e 2009, alta de 10,60 anos (10 anos, 7 meses e seis dias). Assim, ao longo de 29 anos, esse indicador teve um crescimento médio anual de 4 meses e 12 dias e, segundo Revisão 2008 da Projeção da População do Brasil, poderá chegar a 81,29 anos em 2050. Já a mortalidade infantil caiu de 69,12 para 22,47 óbitos por mil nascidos vivos, desde 1980.¹

A profunda transformação demográfica que está implicada neste “envelhecimento da população” tem suscitado, especialmente no âmbito das ciências sociais e humanas, um esforço no sentido da produção de um conjunto de ferramentas teóricas e metodológicas que permitam a exploração da dinâmica demográfica presente. Os “modelos” já em experimentação, por exemplo, na epidemiologia ou no par geriatria/gerontologia, por mais funcionais que sejam no seu universo de origem, nem sempre parecem ser úteis ou adequados quando importados pelas ciências sociais e humanas. Cabe a estas últimas realizar apropriações (ou seja, captura e tradução) de instrumentos analíticos produzidos em outros campos – ou, o que se julga ainda mais eficiente, produzir o seu próprio olhar (Cf. Agra do Ó, 2008).

Para tanto, uma das condutas possíveis consiste na freqüentação de obras e/ou autores que, lidos muitas vezes para

¹ In http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1767&id_pagina=1

ajudar a pensar outras questões, possam ocupar o lugar de *intercessores*, como diria Deleuze, no momento presente, quando pensar a velhice tornou-se mais que um desejo para muitos pesquisadores das humanidades.

O objetivo do presente texto não outro: o de experimentar certo pensamento sobre a velhice a partir das idéias foucaultianas de biopoder e biopolítica. Tal movimento é executado no âmbito de um estudo mais amplo, financiado pelo CNPq e voltado ao exame de formas através das quais a imprensa noticia situações de violência envolvendo pessoas idosas no Brasil contemporâneo.

A invenção do pensamento

Em diversos momentos de sua produção, Michel Foucault empenhou-se em elaborar e fazer funcionar as noções de biopoder e biopolítica. Elas apareceram, em cada situação a propósito de intervenções singulares: no texto das conferências publicadas sob o título “A Verdade e as Formas Jurídicas” (Foucault, 2003); numa fala proferida no Brasil, em 1974, intitulada “O nascimento da medicina social” (Foucault, 2007); no primeiro volume da “História da Sexualidade” (Foucault, 1999); em Cursos no Collège de France, especialmente “Em defesa da sociedade”, de 1976 (Foucault, 2002).

O cenário do tear daquelas noções, quando visto a certa distância, tem os contornos da tentativa, tão cara a Foucault, de problematização do que poderia ser pensado como uma *biohistória* – ou seja, de uma história (uma *operação historiográfica*, como diria Certeau) dedicada a pensar e a fazer pensar quanto às formas pelas quais a vida tornou-se, modernamente, um elemento densamente significativo na economia do desejo e das práticas

sociais e culturais no Ocidente (Castro, 2009, p. 55).

Um *autor*, entretanto, diria, aliás, o próprio Foucault, não tem o menor controle sobre suas idéias, dado que, expostas ao público, elas se tornam parte do arquivo geral de sua época. Maquinarias ambientadas de início num certo conjunto de *verdades*, mal são encenadas as idéias tomam corpo, espalham-se com um grau maior ou menor de eficiência neste avançar pelo mundo de além dos ambientes primeiramente freqüentados. Não seria diferente com as noções de biopoder e biopolítica, logo capturadas e postas em funcionamento em diversos contextos, numa multiplicação de sentidos e de efeitos que espantaria, talvez, até mesmo Michel Foucault.

Com aquelas duas maquinarias conceituais, ou seja, as noções de biopoder e biopolítica, Foucault tentava construir uma compreensão acerca da invenção histórica da experiência moderna (Castro, 2009, p. 57-60). Ele propunha um relato complexo para aquela história: desde os fins do século XVIII e pela primeira metade do século XIX, estabeleceram-se práticas de poder implicadas no espraiamento dos controles e dos regramentos por sobre os indivíduos, tomados desde ali não mais como seres atomizados, mas, sim, como uma população. Em meio à construção das formas modernas de governo, deu-se a proliferação de biopoderes locais, ocupados “da gestão da saúde, da higiene, da alimentação, da sexualidade, da natalidade etc., na medida em que elas se tornaram preocupações políticas”. (Revel, 2005, p. 26)

Foucault, motivado por sua busca por novas palavras para nomear as “coisas” que atravessavam o seu campo de observação e se tornavam alvos do seu

pensamento cortante, explorava naquela circunstância o que em outros textos se apresenta como a história da construção histórica do liberalismo e de sua racionalidade política própria (Castro, 2009, p. 243-245; 373-376). Para tanto, Foucault empreendeu a invenção de novos conceitos, no que era a sua forma de indicar que as histórias podem e devem ser contadas novamente, na busca por deslizamentos de sentido, por deslocamento de certezas. Ao propor as noções de biopoder e biopolítica, por exemplo, para tentar entender a experiência moderna, ele chamava a atenção para questões de outro modo, talvez, negligenciadas.

Ora, Foucault, então, fez ver uma espécie de paradoxo do liberalismo – a sua conjugação de um apelo à problematização do lugar do Estado na cena política e de uma multiplicação do governo por entre as malhas do tecido social. Assim, o liberalismo se caracteriza, simultaneamente, como um impulso que aponta na direção da maximização do governo (uma busca, na verdade, da maximização dos seus efeitos) e no questionamento do direito de intervenção desmedida do Estado. Nasceria ali, diz Foucault, uma nova e singular governa mentalidade, ou seja, outra forma de regular as relações entre os indivíduos, a sociedade e o Estado, pela qual todos passariam a se definir em meio a complexas relações de poder e saber, atravessadas por um desejo infinito de governo.

Tudo se conformaria graças à eclosão, na cena das relações sociais, da noção de população. Graças a ela seria possível definir o papel dos personagens daquela cena histórica, sempre em relação àquele “conjunto de seres vivos e coexistentes que apresentam traços biológicos e patológicos particulares e cuja própria vida é susceptível de ser

controlada a fim de assegurar uma melhor gestão da força de trabalho.” (Revel, 2005, p. 27)

A lógica da biopolítica, de acordo com Foucault, é a de promover a vida da população. Com isso se deseja garantir a eficiência do capitalismo, mediante, por um lado, a multiplicação das disciplinas que objetivam adestrar os corpos individuais, e, por outro, a proliferação dos mecanismos de incitação à intensificação da vida produtiva. Produz-se, de forma ampliada e orquestrada socialmente, uma corporal idade que é atravessada ao mesmo tempo pela submissão e pela produtividade. A lógica dos mecanismos de poder da biopolítica, neste sentido, é a de promover “a otimização das forças” submetidas pelo capitalismo, produzindo-as e fazendo-as crescer de forma ordenada (Pelbart, 2003, p. 56).

A biopolítica, no pensamento foucaultiano, mostrou-se uma noção de grande utilidade. Por um lado, ela permitiu a organização de uma série razoavelmente dispersa de investigações, as quais acabaram por encontrar um ponto de encontro, ainda que não de fusão, na idéia de que a dinâmica social poderia ser compreendida mediante a consideração das práticas de saber e poder que incidiam por sobre o corpo. Por outro lado, a noção de biopolítica permitiu a construção de um espaço de politização do pensamento: ora, se a dinâmica capitalista é, mais que qualquer outra coisa, um investimento por sobre o corpo e por sobre a vida, a nossa materialidade mais imediata é o território de lutas frente às quais não cabe o repouso.

Toda esta discussão parece ser de grande relevância para os debates contemporâneos que se travam em torno

da velhice. Na medida em que, em face de razões as mais variadas, entre as quais se destaca a profunda transformação demográfica que se tem vivido nas últimas décadas, o envelhecimento tornou-se tema destacado na cena acadêmica (e não só), cresce a demanda pelo refinamento conceitual e metodológico das suas diversas interpretações. Isto se mostra ainda mais quando são colocadas em cena problemáticas relacionadas à velhice que impliquem, para seu enfrentamento, no acionamento de saberes distintos, ou, mesmo de saberes por definição interdisciplinares (como a saúde coletiva, por exemplo).

Explorações

Como foi dito acima, neste artigo é buscada uma aproximação dos temas do biopoder e da biopolítica em relação a problemáticas atualmente enfrentadas pelas ciências sociais e humanas dedicadas a pensar a velhice. Para tanto são recuperadas a partir de agora duas reflexões distintas, as quais, na sua singularidade e quando postas em perspectiva iluminam o debate e oferecem pistas instigantes para pesquisas e reflexões. Ambas afirmam o diálogo com o pensamento de Foucault como condição de sua possibilidade.

O primeiro autor ao qual será dado espaço aqui, o filósofo Francisco Ortega, se propõe a explorar os contornos das bioidentidades contemporâneas (Ortega, 2008). Em outras palavras, ele se dedica a pensar como, na atualidade, forjam-se identidades. A seu ver, e, como ele, pensam vários outros intérpretes do presente, as identidades na atualidade, mais que nunca, são talhadas em meio a uma sociabilidade regrada por interações entre o capital e a racionalidade imanente às práticas médicas.

Para Ortega, a atualidade pode ser definida como o tempo em que emergem e se fortalecem práticas de construção da vida e do corpo, comprometidas com a legitimação de modos de ser inéditos. Critérios de saúde, eficiência corporal, relação com doenças específicas e, finalmente, longevidade e sucesso no envelhecimento são os mais relevantes na conformação do espaço da experiência subjetiva. A vida ativa e responsável é valorizada sob todas as suas formas possíveis, de sorte a que o movimento já estudado por Guita Grin Debert (1999) como sendo a “reprivatização do envelhecimento” toma corpo e torna-se parte da paisagem social.

Vivemos, diz Ortega, o tempo de uma biossociabilidade, pela qual e em meio à qual são organizadas novas hierarquias, novos códigos de pertencimento social, novas regras de exclusão. Quanto mais jovens formos, quanto mais saudáveis parecermos, quanto mais cuidarmos de nossa saúde – ou seja, quanto mais regramos nossa existência pelos saberes e poderes da racionalidade médica ocidental, mais seremos acolhidos socialmente. Tudo o que é passível de ser vivido é submetido a um filtro moral, que disciplina os corpos e ordena cada um deles, o destino de cada existência sendo definido então pela sua capacidade de integração nestes novos circuitos da ação, do cuidado de si e da prevenção da velhice.

O sujeito contemporâneo, diz Ortega, no furacão destas novas e terríveis formas de relação consigo, é alguém que, por definição, se autocontrola, se autovigia e se autogoverna – ainda que, para tanto, se valha dos insumos oferecidos pela racionalidade médica ocidental, e que lhe chegam pelo cuidado dos profissionais do corpo que

o rodeiam em todos os tempos e espaços. O sujeito é o perito de si mesmo, é o vigilante permanente de si mesmo, armado que está dos gabaritos da verdade corporal que lhes são impingidos pela medicina, pela educação física, pela fisioterapia, pela geriatria, pela publicidade etc.

A subjetividade é vivida, portanto, como uma experiência de reconstrução permanente. O corpo, na sua natureza, é visto como o resultado de ações historicamente tecidas. Tornados todos ciborgues, ainda que mais ou menos eficientes a depender de tantas variáveis (cor da pele, renda, lugar na economia das relações de gênero etc.), todos nós somos chamados a recusar o que há de natural no nosso corpo, em nome da construção de uma juventude eterna a ser permanentemente buscada. Nosso corpo, e isto se dá de forma acentuada quanto mais formos envelhecendo, é o território de incursões virtualmente infinitas, em busca da rigidez, da eficiência, da produtividade – de tudo aquilo que aprendemos, historicamente, a pensar como signos da juventude.

O corpo, em todos os seus momentos, diz a nós mesmos e aos outros quem somos. Quanto mais envelhecido ele estiver, menos respeito social receberemos. Ora, a velhice do nosso corpo é um mal em si mesmo e, mais ainda, é o signo de nossa incúria. Por que insistimos em preservar no nosso corpo sinais de velhice, quando ao nosso dispor estão tantos e tão variados recursos de rejuvenescimento e de autocuidado? Nós não nos amamos, então?

A biossociabilidade, diz Ortega, é profundamente refratária à velhice. Nos seus termos, envelhecer é depender, é fugir da juventude, é antecipar a morte, este fantasma cada vez mais terrível. Não cabe no presente, diz ele, um corpo

que dependa de outros, visto que o ideal civilizatório construído na modernidade mais recente tem o rosto de um indivíduo autônomo e senhor de si ao extremo. Dependere de alguém é algo só aceitável em sociedades nas quais os laços intersubjetivos são sólidos e respeitados; num ambiente de morte ou, ao menos, de fraqueza extrema da cena pública, depender é humilhante. Dependere é de certa forma confiar no outro; parece que esta experiência já não nos cabe mais.

A experiência contemporânea, ainda mais, tem por princípio uma noção de autonomia que, pela sua enunciação, repele a possibilidade de se legitimar qualquer fragilidade que seja. Não por outra razão, diz Ortega, quando o debate se arma, na atualidade, com relação às políticas previdenciárias, é tão comum que o indivíduo que é patrocinado pelo sistema seja visto como um parasita social.

Adoecer é fracassar, no presente. A racionalidade biomédica prevalente traz implicada nas suas entrelinhas a idéia de que o doente é o culpado de sua condição. Isto faz com que a rede de respeito social que poderia acolher o corpo enfermo se esgarça a princípio de forma sutil e, em seguida, de forma mais incisiva. Não se justifica a despesa com alguém que depende de tratamentos porque não se cuida, enfim.

No que diz respeito à velhice, insiste Ortega, o que se dá é a insistência do modelo biomédico em afirmar uma definição do envelhecimento que o aproxima fortemente da idéia de declínio. A velhice é tomada, ali, como uma contraface perversa da juventude, como a degradação da eficiência típica da idade adulta – e, mais, como um estado patológico a ser tratado e, se possível, prevenido.

Um dos resultados disso é o apagamento da dimensão social – complexa – que produz historicamente a experiência do envelhecimento. Por um lado, há desde aí a vitimização da velhice, mediante a produção de estereótipos pelos quais o corpo envelhecido torna-se o signo de algo a ser marginalizado e escondido em asilos ou equipamentos afins. Por outro lado, mais atraente, o corpo velho é tornado num território a conquistar e a ocupar, o que se dá nos marcos de uma medicina cada vez mais mercantilizada. A única velhice acolhida no presente parece ser aquela que se diz sob os signos da saúde, da jovialidade, do engajamento, da produtividade, da autoconfiança e da sexualidade ativa. Tudo isso, é claro, obtido mediante o cumprimento de uma agenda sanitária que engloba os exercícios corretos, os medicamentos adequados e o consumo de tudo quanto potencialize a juventude eterna.

Põe-se em funcionamento, radicalizando-se a etarização inventada ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, uma experiência da velhice que a transforma numa das bioidentidades mais visíveis e impactantes da cena pública contemporânea. Vive-se, assim, paradoxalmente, uma dissolução do social em nome de uma predominância do biológico, vez que a experiência identitária passa a ser, cada vez mais, ancorada na materialidade do corpo biológico, transformado por sua vez no território de eleição do mercado e da biopolítica. O corpo, fundado como o lugar de realização da moral ascética capitalista, torna visível por si mesmo a verdade mais íntima do sujeito; o corpo denuncia a trajetória vivida na sua realização na velhice.

A idéia de associar a velhice à fragilidade – ou, o que parece ainda

mais interessante, a idéia de pensar em velhices e em fragilidades que se tocam – é bastante sugestiva. Não pela possibilidade de se repetir o senso comum ou a maquinaria de produção de estereótipos que se organiza em torno do envelhecimento. Isto levaria à repetição da idéia, de resto improdutiva, de que o indivíduo envelhecido é, por si só, um personagem frágil. Ao contrário, a meu ver, o que efetivamente interessa estudar são os modos pelos quais, historicamente, são construídos e experimentados laços entre algo a que se dá o nome de velhice e algo a que se dá o nome de fragilidade.

Em outras palavras, o que me seduz pensar é como certas formas da velhice tomam distância ou se aproximam do que, ao seu redor, passa por ser a fragilidade – numa relação que pode ser tanto de um encontro quanto de uma separação radical. Ou, o que é também instigante, penso que é possível imaginar zonas de carinho, de suaves atritos, de deslizamentos entre zonas da velhice e da fragilidade. Ou, ainda, caberia pensar como certas experimentações da velhice deslocam os sentidos socialmente apaziguados em torno da temática da fragilidade, e vice-versa.

O texto de uma das mais destacadas historiadoras feministas do Brasil, Tânia Navarro Swain, capturada aqui quando estava escrevendo sobre si e sobre o tempo de sua própria vida, servirá desde agora para esboçar algumas outras idéias, as quais devem ser pensadas em relação ao que já foi dito até então, neste artigo (Navarro-Swain, 2006). Pensando a própria velhice, e a velhice que se instala ao seu redor, na sociedade contemporânea, a partir das noções de biopoder e biopolítica, Tânia Navarro Swain busca deslocar sentidos a seu ver naturalizados no âmbito do senso

comum e, mesmo, em certas práticas de saber legitimadas academicamente.

Para Navarro Swain, a velhice, um tabu da cultura presente, é mais que qualquer outra coisa uma maquinaria imagético-discursiva, um modo historicamente articulado de se problematizar a corporalidade. Com isso ela quer dizer que a enunciação da idéia de velhice tem servido, modernamente, para produzir ou para legitimar exclusões e controles populacionais ampliados. A idéia de velhice assim é ao mesmo tempo acionada como uma punição para os seus protagonistas e como um risco a ser combatido por quem dela não deseja se aproximar.

Na atualidade, segundo Navarro Swain, diz-se velhice quando se deseja dizer morte, quando se deseja praticar a hierarquização social predominante, pela qual a juventude é autonomizada e transformada no horizonte do desejo universal e obrigatório. Principalmente, e este é um ponto que me interessa especialmente ressaltar aqui, diz-se velhice quando se deseja atualizar na cena dos debates públicos e privados a idéia de uma fragilidade monstruosa que se deve combater a todo custo.

Sim: no reino da biohistória o indivíduo envelhecido é o portador de um corpo *naturalmente* frágil, que deve ser objeto de suportes vários, de colonizações várias, que o libertarão desta corvéia implacável. O indivíduo envelhecido é aquele que precisa ser recortado como o personagem mais túbio da cena social, sobre o qual devem incidir poderes e saberes vários, aptos a potencializar alguma vida nele, num combate incessante e moralmente legitimado contra a morte que se avizinha e que se anuncia. O velho é a última fronteira da luta do capital contra a morte, contra a incapacidade do homem de produzir e consumir. É o último território a

colonizar, no âmbito deste imperialismo imaterial da biopolítica.

Saber das fragilidades do corpo velho, assim, tem duas dimensões. Considerando uma delas, é acolher na corporalidade a idéia de que as formas organizadas da matéria se desgastam, se desorganizam, se transformam. É pensar o corpo não como uma maquinaria eternamente produtiva (no sentido capitalístico, como diria Guattari), mas como um conjunto heterogêneo e finito de atributos, portador de virtualidades, mas protagonista de um espetáculo que um dia terá sobre si o peso das cortinas. Considerando outra possibilidade, a mais visível e legitimada, na atualidade, pensar nas fragilidades da velhice é pensar no horror, na fronteira indesejada do humano, na monstruosidade mais abjeta. Ou, ao contrário, é pensar em se acionar o mais rapidamente possível, o mais eficientemente possível, uma maquinaria tensa e incontrolável de rejuvenescimento, numa recusa ao desgaste, à morte, à transformação.

Conclusão

O que nos restaria, como pensadores da velhice, e como envelhescentes? Ainda é em Foucault que encontro, se não respostas, ao menos indícios de possibilidades. Lembro-me do seu texto sobre Kant e o Iluminismo, quando Foucault insiste na idéia de que aos homens e mulheres do pensamento, na atualidade, resta sempre o dever ético da inquietação, da indignação, do combate (Foucault, 1994).

O tempo presente, diz ele, é não apenas a nossa matéria; é o território no qual devem se dar os nossos mais cruentos combates. Um destes combates deve se dar, é o que creio, contra os estereótipos que cercam e compõem a velhice com a qual convivemos. É um combate que se dá sob a forma dupla de uma afirmação

do “direito à vida, ao corpo, à saúde, à felicidade, à satisfação de todas as necessidades” e de uma “réplica política aos novos procedimentos do poder” (Pelbart, 2003, p. 59).

Talvez caiba concluir com as palavras finais do texto de Swain:

Não, eu gosto de minha “velhice” de espírito, minha “velhice” de corpo, forjadas durante os anos que se foram e dos quais não tenho saudade. Quando se fala de “política de localização”, não se trata somente de um lugar social estratégico ocupado, de uma experiência dada, mas igualmente de um lugar cronológico, histórico, minha história, da qual não me resta senão o presente. É ele meu referente de mim e o próprio presente é um lugar de passagem.

Eu quero ser o peão do Go, guiado por escolhas estratégicas, sem que me definam nem por minha imagem, nem por um lugar determinado: assim poderei emergir lá onde não sou esperada, em eterna subversão, pois o que me interessa é a explosão das constelações de sentido que aprisionam e constroem os corpos em filas, em andares, em sulcos pré-definidos.

Esta velhice que me impõe o olhar externo, que me ameaça de exclusão e morte, faz de mim uma heterotopia do desvio, aguça o cansaço do renascer das verdades e suas formas de dominação, a crítica transformada em técnica de existência, ordenada, como diria Foucault, pela impaciência da liberdade.

Velha? Eu? Ainda estou rindo (Navarro-Swain, 2006, p. 270).

Referências

- AGRA DO O, Alarcon. Norbert Elias e uma narrativa acerca do envelhecimento e da morte. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, jun. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_artext&pid=S0104-59702008000200009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 26 dez. 2010.
- BRASIL. IBGE. Em 2009, esperança de vida ao nascer era de 73,17 anos. In. http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1767&id_pagina=1. Consulta em 01/12/2010.
- CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault*. Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- DEBERT, Guita Grin. *A reinvenção da velhice*. Socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Editora da UNESP; FAPESP, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2003.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal Editora, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal Editora, 2007.
- FOUCAULT, Michel. Qu'est-ce que les Lumières? In. _____. *Dits et Écrits*. Paris: Gallimard, 1994, Vol. IV, pp. 679-688.
- NAVARRO-SWAIN, Tânia. Auto-retrato de uma feminista. In. RAGO, Margareth & VEIGA NETO, Alfredo. (orgs.) *Figuras de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 261-270.
- ORTEGA, Francisco. *O corpo incerto*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- PELBART, Peter Pá. *Vida Capital*. Ensaios de Biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2003.
- REVEL, Judith. Biopolítica. In. _____. *Michel Foucault*. Conceitos essenciais. São Carlos: Claraluz, 2005, p. 26-28.